

RESENHA

Jorge Luiz Barbosa¹

SILVA, ELIANA SOUSA e. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Coleção Tramas Urbanas Aeroplano, 2012.

O livro **Testemunhos da Maré** deve ser considerado como uma obra de raridade. O denso entrelaçamento da palavra escrita com o mundo da vida nos impele de assim outorgá-la. Como a própria autora revela: “este é o trabalho de uma pessoa que vivencia, analisa, influencia e é influenciada pelo território e pelo tema em estudo” (p. 37).

Mulher e território, personagem e autora, experiência e conhecimento, ação e reflexão fazem parte do tecido complexo de existências e acontecimentos que é costurado, por Eliana Sousa e Silva, em nove capítulos (De eleições, mortes absurdas e novas perspectivas sobre a violência na Maré; O encontro com o poder do tráfico na Maré; Decifrando a violência nos espaços populares; Maré: no tempo dos rituais de guerra e paz; Novas mentalidades, novas políticas de segurança; Decifrando a violência em espaços populares; As práticas do braço armado do Estado nas regiões periféricas; Imagens do exercício da violência: um olhar dos grupos atingidos; Reconstituindo a história: a politização do discurso da violência). Cada um deles é momento de (re)construção de dramas e paixões, de alegrias e dores, de possibilidades e impossibilidades, experimentadas por residentes em comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro.

O locus privilegiado de leitura de Eliana Sousa e Silva é o Bairro Maré, espaço popular composto por 16 favelas com seus 140 mil moradores. Aliás, espaço de vida da menina filha de imigrantes nordestinos que se fez mulher, da professora que se fez presidente de associação de moradores de Nova Holanda e fundadora da Redes de Desenvolvimento da Maré, militante das lutas de direitos sociais à láurea acadêmica de um Doutorado, mas acima de tudo e, sobretudo, uma exemplar coletora de sonhos do cotidiano, em meio aos desafios da construção de humanidade plena, bela e livre. “A reflexão sobre o cotidiano, todavia, remeteu-me a inúmeros entrelaçamentos: o local e o

¹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

global; o particular e o humano-genérico; o imediato e o mediato; a consciência e a alienação; o filosófico e o não-filosófico; o consumo e a produção” (p. 53).

É da rica coleta de múltiplas experiências e de diversos acontecimentos que Eliana Sousa e Silva elege os testemunhos evocados em seu livro. São falas e práticas de atores de uma rede intrincada de relações profundamente marcadas pela desigualdade socioeconômica e pela distinção de direitos – inclusive o mais fundamental deles, o direito à vida – mas que se erguem para dizer o não dito, para reclamar da injustiça ao exigir o que é justo e revelar seu território pelo que é ocultado. Seu propósito é fundamentalmente ético-político e, ao mesmo tempo, eivado de esperança: “Com referência à amplitude de olhares torna-se possível construir espaços de interlocução com um leque de autores que tem proposto diferentes formulações teóricas e práticas que afirmam a possibilidade de uma política de segurança cidadã” (p. 25).

Testemunhos da Maré são práticas sociais mapeadas na sua pluralidade, porém compartilhadas no território onde vidas nascem, se recriam e, muitas vezes, se perdem (...). Vidas socialmente construídas nas lutas cotidianas do exercício legítimo do direito de habitar a cidade. É através deste prisma que as relações do Estado, e do conjunto da sociedade, com as favelas revelam suas mais profundas contradições. Como afirma a autora, o grau de intolerância dos moradores dos bairros ricos e da classe média com esses territórios [as favelas] e o estabelecimento de gestões na Prefeitura da cidade dominadas por uma lógica autoritária da ordenação do espaço público se conjugam no não reconhecimento social e político das moradas populares na metrópole.

Na verdade, os esforços de construir moradas para si e suas famílias realizados pelos trabalhadores pobres da cidade nunca foram devidamente reconhecidos pela sociedade, em geral, e pelo próprio Estado. Suas obras territorializadas sempre foram interpretadas e tratadas como ilegais, irregulares, informais, subnormais, precárias e clandestinas, por não obedecerem aos padrões racionais de edificação, por terem se constituído sem o crivo do controle governamental e por não possuírem documentação escriturada de propriedade e, sobretudo, pela origem social e racial de seus habitantes. Por força de tais leituras, as favelas são recorrentemente representadas de maneira banal, sobretudo a partir de definições que levam em conta apenas suas carências e ausências, jamais as suas potências.

O tratamento das favelas como territórios precários, informais, desordenados e, no limite extremo, como perigosos e violentos, cria estereótipos perversos que negam a legitimidade das favelas na cidade, cujas consequências são evidenciadas no tratamento

desigual quando se trata da garantia de direitos para os seus moradores. Todavia, como nos mostram Testemunhos da Maré, as favelas são territórios de criação de relações de sociabilidade, solidariedade e companheirismo que demonstram diferentes estratégias cotidianas para enfrentar a desigualdade social de sua inscrição territorial no espaço urbano.

Na Maré, como em tantas outras favelas, as possibilidades de construção de sociabilidades generosas são interrompidas pela invasão da violência. Prática perversa, multifacetada e insidiosa que se infiltra na pele, na carne e na mentalidade da sociedade brasileira. E, devido às suas condições históricas no urbano, as favelas se tornam territórios mais vulneráveis à escalada da violência, considerada por Eliana Sousa e Silva como todo “ato que viola a dignidade do ser humano”:

O tema da violência pode ser tratado de variadas maneiras e múltiplas definições (...). No caso deste livro, avaliando a temática desenvolvida e os sujeitos considerados, optei por uma opção genérica e sintética (...) de violência: todo ato que viola a dignidade do ser humano. Poderia utilizar a palavra direito, em vez de dignidade, mas considero o sentido da última mais preciso e abrangente. Através dela, é possível apreender a violência em sua manifestação física, psicológica e simbólica, da mesma forma que é possível reconhecer as agressões contra o meio-ambiente e outros seres vivos como uma agressão ampliada à humanidade (p. 83).

Essa escalada possui seus autores concretos, os grupos que controlam o território por meio da intimidação e do uso de armas – sejam estes narcotraficantes ou milicianos – em embates quase que permanentes entre si e com as forças policiais, gerando situações de conflito e arbítrio que conduzem à violação de direitos fundamentais dos moradores das favelas e, no seu limite, à desvalorização absurda da vida humana.

Grupos armados e agentes policiais criam cenários de terror e ambiente de arbítrios que intimidam, oprimem e vitimizam moradores dos territórios populares: “A transformação das favelas em uma arena de enfrentamento de grupos armados tornou-se o principal fator de desestabilização do cotidiano dos moradores” (p. 110).

Em favelas e periferias, a combinação perversa de estigmas socioculturais, de preconceito racial e violência letal se revela como modo de extermínio de jovens negros. Neste contexto, nos diz Eliana Sousa e Silva, “não é difícil constatar, seja por meio de diferentes estudos, seja por matérias veiculadas nos meios de comunicação, que existe uma naturalização, ou mesmo aquiescência, pela maioria da população da cidade, das iniciativas centradas na violência massiva pelo aparato policial” (p. 55).

Os resultados mais dramáticos da violência amplificada nas favelas ganhou sua expressão mais contundente no combate às redes da criminalidade urbana:

Na guerra às drogas, a repressão militar e o enfrentamento bélico são utilizadas de forma indiscriminada, sem que sejam considerados os direitos fundamentais dos moradores dos territórios nos quais ela ocorre – quase sempre as favelas. A guerra também justifica e banaliza as ações de aniquilamento dos inimigos, em geral, jovens negros e pobres que normalmente não têm o direito a serem presos (p. 98).

Na Maré, a guerra às drogas significou operações militarizadas como se estes territórios fossem dominados por “exércitos inimigos” e, seus moradores, como a “população civil do território dos inimigos”, cujos efeitos foram desastrosos:

A lógica de enfrentamento assumido pelo governo do Estado gerou uma resposta nas mesmas bases das organizações criminosas. Assim, os grupos armados que dominavam o tráfico de drogas nas favelas ampliaram sua capacidade bélica, em relação à quantidade e à sofisticação de suas armas. Como efeito perverso, a “corrida armamentista” diminuiu o valor das armas curtas, revólver e pistola, e difundiu seu uso nos crimes cotidianos. Nessa perspectiva, o número de mortos não parou de crescer, assim como a violência da guerra na vida cotidiana dos moradores (p. 226).

Operações militares ganharam evidência nas favelas, mas sempre desproporcionais em relação aos atos criminosos, criando um processo de reprodução desmedida da ação repressiva:

O recrudescimento da violência, o crescimento dos grupos armados e os conflitos entre diferentes facções criminosas nas favelas fizeram com que a questão da repressão à venda de drogas fosse ocupando a agenda dos órgãos responsáveis pela segurança pública. O combate aos grupos que traficavam drogas nas favelas foi intensificado, com uma ênfase desproporcional ao enfrentamento dos grupos varejistas, sem uma devida preocupação com os traficantes de larga escala, responsáveis pelo envio de drogas às favelas (p. 226).

Das situações mais extremadas da violência impostas aos moradores da Maré se ergueram as lutas em defesa da vida e a permanente busca de superação dos estereótipos que reduzem as favelas à condição de territórios sem ordem, lei ou civilidade.

O bairro da Maré é uma expressão concreta dos limites das representações tradicionais sobre as favelas e das necessidades de se construir novas interpretações sobre esses complexos territórios, agora levando em conta sua pluralidade, bem como a riqueza da vida cotidiana e de sua estrutura material” (p. 61).

Afirma-se, então, uma radical perspectiva do significado das favelas na cidade, pois se busca inscrever a legitimidade de sua presença na produção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

A questão da Segurança Cidadã é o tema de maior impacto de Testemunhos da Maré, principalmente na sua ênfase de decifrar a violência como produto da distinção territorial de direitos que hierarquiza seres humanos e, por decorrência, reduz muitas pessoas à condição de fora da humanidade. O sociocentrismo que elege padrões de civilização referenciados nas ideias e práticas dos grupos dominantes responde, em grande parte, pela redução dos outros diferentes à condição de meros objetos do Estado, ou simples consumidores D e E do Mercado, mas jamais os considera como cidadãos plenos de direitos. Todavia, “o mundo não se esgota nesse mercado e nesse Estado específicos, pois eles não são monolíticos ou sinônimos de totalidade social” (p. 144). Estão abertas, ainda, diferentes agenciamentos para os grupos populares afirmarem a sua pauta de cidadania. É exemplar o relato da autora sobre o movimento de construção de lutas cidadãs na Maré:

[...] A mobilização foi crucial para se superar o discurso da impotência de que “não se podia fazer nada”, de que as populações das favelas eram reféns do Estado e dos criminosos armados. Alguns movimentos sociais surgiam com muita força e buscavam se organizar para melhorar a qualidade de vida local (p. 107).

A sempre preconceituosa consideração da anomia das favelas é posta em questão por Eliana Souza e Silva. E, das condições mais adversas possíveis, falas e atos genuinamente políticos emergem:

Foi encaminhado, deste processo, um forte movimento que visava a estimular os moradores a pensarem sobre a importância de encontrar caminhos comuns para mudar o estado de precariedade ou de inexistência dos serviços e equipamentos urbanos, tais como a falta de rede de eletricidade, água potável, rede de esgotos, escolas, creches, postos de saúde etc. Nesse leque de problemas, de acordo com os moradores, um que era mais urgente: a questão da violência, tanto a praticada pelos grupos criminosos armados como a efetivada pela polícia. Assim, uma reunião ampliada foi convocada por um conjunto de organizações comunitárias, Igreja Católica, grupo de mulheres, agentes de saúde comunitária, bloco carnavalesco Mataram Meu Gato e integrantes da União das Associações de Moradores da Maré (p. 107).

Esse testemunho evidencia o sentido político das lutas dos moradores da Maré que não mais queriam ser tratados como vítimas, carentes ou clientes do Estado. O

significado de seu posicionamento inscrevia-se, portanto, na luta por direitos na qualidade de sujeitos de sua própria cidadania.

Não é sem razão que os moradores da Maré elegeram (e ainda elegem!) a violência como a principal questão a ser enfrentada, pois o seu cotidiano é duramente afetado e, por que não dizer, oprimido, pelas situações recorrentes de conflitos armados, ações arbitrárias e violação de direitos.

Embora o ponto de partida se configure mais diretamente no universo de uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro, em Testemunhos da Maré os significados mais complexos da violência na sociedade brasileira são colocados em causa e sua superação se torna uma luta a ser abraçada, sobretudo por meio da formulação e execução de políticas de segurança, especialmente integradas em uma ampla agenda de afirmação e efetivação de direitos sociais.

Uma importante e decisiva ação para a construção de uma política cidadã de segurança pública será, sem dúvida, a desnaturalização da violência, em especial a da violência letal, como um princípio para a criação de políticas de direitos cidadãos, entre eles, o da segurança pública. Para tanto, nos ensina a autora, é preciso superar estereótipos e estigmas que marcam os espaços populares e seus moradores:

Programas de enfrentamento da violência necessitam aplicar recursos no front do imaginário, construindo ações duradouras e globais, voltadas para a difusão de uma política cidadã de segurança pública. Deixando claro que ela não terá resultados imediatos, que terá contradições, resistências e limites na sua execução. Desse modo, seria possível enfrentar com mais transparência as resistências corporativas, os grupos corruptos e os limites da cultura militarizada, autoritária, “patrimonialista” e anticidadã dominante nas forças policiais e na sociedade (p. 279).

E mais:

Creio ser necessário destacar, nessa disputa simbólica, o equívoco do foco, moralista, conservador e preconceituoso, no combate das drogas como crime priorizado pelas políticas de segurança. Sob qualquer aspecto que se considere o fenômeno – econômico, político, social, ético ou no campo da saúde, entre outros – não é razoável essa priorização. Os custos sociais, financeiros e de vidas humanas, a fragilização das organizações estatais, a geração de um alto grau de insegurança no conjunto da população da cidade, e, de forma especial, a ausência absoluta de resultados práticos demonstram a falta de sentido dessa estratégia de combate ao tráfico de drogas (p. 289-290).

Parece-nos residir aqui uma proposta – e referência – da Maré para a atual política de segurança na cidade do Rio de Janeiro dedicada às favelas, as Unidades de

Polícia Pacificadora – ação que passou a ser posta em prática pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, após o fracasso da “guerra às drogas”.

É importante registrar, como faz Eliana Sousa e Silva, as limitações das Unidades de Polícia Pacificadora, sobretudo por não terem sido criadas no bojo de uma política pública de desenvolvimento social, econômico e cultural das favelas cariocas. Na verdade, as ações no campo do desenvolvimento territorial surgiram como complemento à ocupação policial e não como seu pressuposto, como os próprios moradores das favelas historicamente reivindicaram.

O reconhecimento dos moradores das favelas como sujeitos corporificados de direitos e das organizações locais como expressões legítimas da organização da sociedade civil será indispensável, não para uma pretensa eficácia das operações policiais, mas para que se concretize uma política que considere as demandas cidadãs dos moradores e que, de fato, tenhamos um Estado Republicano de Direitos que se faça presente nas favelas como dimensão da cidade do Rio de Janeiro. Esta é mais uma lição que Eliana Sousa e Silva nos oferece em seu livro:

Vencer o mito da cidade partida, então, é fundamental para estabelecer outro olhar sobre a cidade que não se referencie pela sua dicotomia em relação à cidade-favela. Um novo olhar, sustentado no reconhecimento de que o Rio de Janeiro possui diferenciados espaços de vida e circulação, que deveriam ser marcados não pela segregação imposta pelas condições sociais e econômicas, mas pelas especificidades decorrentes do próprio processo de constituição da vida na metrópole. Entender que a favela é cidade e que, portanto, aos seus cidadãos devem ser oferecidas as mesmas condições, assim como deve se exigir o cumprimento de deveres, representará uma mudança de paradigma das políticas públicas para essas áreas (p. 286).

Testemunhos da Maré evoca um campo de olhares, vozes e gestos críticos e, sem dúvida, sofridos, porém, propositivos. São palavras e ações que se encontram para construir um projeto de cidade, sociedade e humanidade diferente e igualitária, plural e compartilhada, digna do seu devir e feliz no seu estar sendo. Deixamos, para Eliana, as palavras finais:

Tenho muita alegria em poder participar ativamente dessa construção, em parceria com muitos moradores da Maré e de outras partes da cidade que carregam a crença de que é possível e necessário mudar a realidade atual. Acredito que, verdadeiramente, a vida vale muito a pena e que podemos construí-la como desejarmos, que podemos dar sempre um novo significado a ela, nos tornando, a cada dia, a cada luta, a cada pequena vitória, mais humanos (p. 286).